

**Ata da 14ª Plenária Nacional do SINPAF – 22 e 23 de abril de 2010**

A partir das dez horas do dia 22 de abril de 2010, reuniram-se, em São Paulo-SP, os dirigentes sindicais do SINPAF, de acordo com o determinado pelo artigo 23 do Estatuto do Sindicato, para dar início à 14ª Plenária Nacional do SINPAF, cuja pauta constou dos seguintes pontos: cenários das eleições gerais no Brasil e a posição dos trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento agropecuário; terceirização e precarização nos ambientes de trabalho da pesquisa e desenvolvimento agropecuário; aprovação do Regimento Eleitoral e da Comissão Eleitoral do SINPAF para as eleições da Diretoria Nacional para o triênio 2010/2013; indicação de representantes dos trabalhadores na eleição para os conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Ceres; e votação dos relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias. A plenária teve a participação de 62 delegados, que representaram as seções sindicais. Os trabalhos foram abertos pelo presidente da entidade, Valter Cauby Endres, que deu as boas vindas aos participantes e, em seguida, chamou a secretária de Relações do Trabalho da CUT Nacional, Denise Motta Dau, cuja palestra teve como tema a conjuntura e as eleições gerais de 2010. Denise cumprimentou os representantes da categoria e passou a falar sobre as conquistas que os trabalhadores brasileiros obtiveram nos últimos anos. A representante da Central ilustrou sua fala com dados do Dieese, que mostram que 80% das categorias de trabalhadores conseguiram, no mínimo, repor a inflação do último ano nos acordos coletivos negociados em 2009, frisando que foram “conquistas do movimento sindical como um todo, e não só da CUT”. Ela ressaltou a necessidade de que o movimento sindical continue organizado, reivindicando a ratificação, pelo Brasil, da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – que impede a demissão imotivada, a redução da jornada de trabalho e o fim da terceirização precarizadora, entre outras. Sobre as eleições gerais, nas quais serão escolhidos, além do presidente da República, governadores e parlamentares estaduais e federais, Denise afirmou que o que está em jogo é uma disputa entre dois projetos: um deles “democrático e popular, capitaneado pelo governo Lula, que sai do governo com 90% de aprovação; o outro, defensor de um Estado mínimo”. A representante da CUT deixou claro o entendimento da CUT de que o projeto do atual governo só terá continuidade com a eleição da candidata do PT, Dilma Roussef. Para ela, os trabalhadores devem assumir o lado da continuidade. “Isso não significa que não possamos exercer nosso papel de trabalhadores organizados. Nos últimos anos, mesmo apoiando o governo Lula, a CUT não deixou de realizar as grandes marchas – foram seis, nem deixou de se mobilizar. Fomos para as ruas em vários momentos. É importante entender que enquanto os trabalhadores titubeiam sobre qual candidato apoiar, os empresários e sua mídia já têm o seu candidato e há tempos trabalham dia e noite pela sua eleição”. Ela informou, ainda, que a CUT e as outras centrais sindicais aprovarão um documento chamado *Plataforma da Classe Trabalhadora*, em evento que será realizado no início de junho deste ano, em São Paulo. O documento será entregue aos candidatos à presidência da República. Outra plataforma específica será preparada pela Central para ser entregue à candidata Dilma Roussef. Por fim, Denise informou que a CUT e as outras centrais sindicais estão preparando uma grande mobilização nacional pela redução da jornada de trabalho, no dia 18 de maio deste ano, e que conta com a participação dos trabalhadores da pesquisa e desenvolvimento agropecuário. Outra informação dada pela palestrante foi a de que a Central está formando um grupo de trabalho com as entidades sindicais que negociam com as estatais federais, para ajudá-las a formular estratégias de negociação e trocar experiências. A primeira reunião deverá

ser realizada no mês de maio. Despedindo-se da plenária, Denise encerrou sua palestra. Em seguida, o presidente do SINPAF agradeceu pela sua participação e afirmou que para o SINPAF seria muito significativo participar do citado grupo de trabalho, principalmente para debater estratégias concretas de luta contra a resolução nº 9 do Ministério do Planejamento/Dest, que impede a isonomia de benefícios. Em seguida, o presidente deu por encerrados os trabalhos naquela manhã.

Os debates foram retomados às 14 horas, com a leitura do Art. 26 do Estatuto do SINPAF, que fala sobre a composição da Mesa Diretora da Plenária Nacional, pelo presidente Valter Endres, que em seguida passou a palavra ao delegado Vicente Eduardo Almeida, presidente da Seção Sindical Hortaliças. Vicente pediu a chamada nominal dos delegados natos da plenária. Valter Endres explicou que todos que estivessem com o crachá verde eram delegados, e os que portavam crachá branco eram convidados, em seguida fez a chamada nominal dos delegados. O presidente da Plenária e do Sindicato informou a ausência dos presidentes das seções sindicais Pesagro Sede – Aldair Souza Lopes, da Ceasa-RJ – Almir Farias dos Santos, e da SS Campinas – Denise Ming Valent, que participou como convidada. Em seguida, Edgar da Cruz Pereira, presidente da Seção Sindical Rondônia, pediu a impugnação do delegado Sydney Itauran Ribeiro, da Seção Sindical Pará, em virtude de sua adesão ao PDI da Embrapa. O presidente da Plenária recusou o pedido, explicando que o fato de aderir ao PDI não invalida a condição de trabalhador filiado ao SINPAF e de diretor Regional do citado delegado. Após intervenção do delegado Vicente Eduardo Almeida, Valter Endres pôs o recurso de Edgar em votação, cujo resultado foi o seguinte: 30 votos contrários e 21 favoráveis, o que validou a participação de Sydney Itauran como delegado. Seguiu-se um debate que antecedeu a formação da Mesa Diretora da Plenária. O presidente do SINPAF anunciou a abertura de apresentação de nomes para secretário e relator da Plenária Nacional, apresentando os nomes de Mauro Nolasco como secretário e de Orlando Oliveira como relator. O vice-presidente do Sindicato, Carlos Antônio Fernandes Santos, apresentou o nome do diretor regional Nordeste, Jeremias Lustosa Cabral, para compor a Mesa Diretora como secretário. O presidente da Plenária colocou em votação os nomes de Mauro Nolasco (SS Pelotas) e Jeremias para que os delegados escolhessem, entre os dois, o secretário da Mesa Diretora. O resultado foi de 34 votos para Mauro e de 28 votos para Jeremias. O relator dos trabalhos foi Orlando Oliveira Silva (SS Cruz das Almas).

Com a mesa formada, Valter Endres abriu um debate sobre precarização do trabalho nas empresas de pesquisa e desenvolvimento agropecuário. Ao abrir o debate, o presidente do SINPAF, Valter Endres, lembrou que na negociação do ACT 2009/10 da Embrapa o Sindicato conseguira avançar no combate ao uso excessivo da força de trabalho de estagiários e bolsistas. “No entanto, como dentro da empresa ainda há setores, e até unidades inteiras que lastrearam sua força de trabalho em estagiários e bolsistas, está havendo uma forte reação contra esse avanço, com manifestações para que o Sindicato retire essa bandeira de luta”. Vários delegados se manifestaram sobre essa questão, reconhecendo que além de existirem em número excessivo, estagiários e bolsistas também assumem atividades próprias dos empregados da Embrapa. “Discutimos essa questão há muito tempo, mas a coisa não muda. Na Embrapa Suínos e Aves é comum encontrar estagiários desempenhando atividades típicas da empresa. Embora haja uma lei específica que discipline o estágio, as estatais não a cumprem”, afirmou Edson Somensi, vice-diretor regional Sul do SINPAF. Francisco Roberto Sampaio, presidente da Seção Sindical Acre, apresentou números que comprovam que o número de estagiários, bolsistas e terceirizados, naquela unidade da Embrapa, já supera o de funcionários. Enquanto há 132 trabalhadores do quadro formal da empresa, outros 139 desempenham funções por

meio de terceirização (31), bolsas de pesquisa (49), estágios (43), parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (15) e programa de menor aprendiz (6). Embora os delegados também tenham expressado preocupação com o impacto da limitação de estagiários e bolsistas para a pesquisa agropecuária, permaneceu o entendimento de que a Embrapa deve completar seu quadro de trabalhadores com a contratação por meio de aprovação em concurso público. Idésio Franke, diretor de Ciência e Tecnologia do SINPAF, observou que se os trabalhadores não se mobilizarem a Embrapa certamente terceirizará toda a atividade de campo, como já acontece na Codevasf. Essa possibilidade também foi mencionada pelo presidente da SS Campo Grande, Vanderlei Severino da Silva. O presidente da Seção Sindical Cenargen, Alexandre Perón Mendes, disse que levava um pedido de sua base para retirar a cláusula do ACT 2010/2011 que limita a 20% do total de trabalhadores o número de estagiários na Embrapa. Valter Endres lembrou que a adoção de trabalhadores terceirizados, estagiários e bolsistas são facetas da precarização do trabalho. “Isso tudo advém daquela política adotada no início dos anos 90 que determinou que os pesquisadores deveriam buscar recursos externos. Naquela época havia uma crise financeira por causa do contingenciamento do orçamento da empresa. Para captar recursos, foram criadas as fundações”. A Plenária reconheceu a importância do estágio para a formação de profissionais, desde que cumpra sua função. O delegado Vicente Eduardo sugeriu à plenária que referendasse a limitação do número de estagiários na Embrapa. O secretário-geral do SINPAF, Roberto Parker, ironizou a situação, afirmando que “daqui a pouco não haverá mais assistentes na Embrapa”. Ao final do debate, no qual falaram outros delegados que não foram citados nesta ata, o presidente da plenária colocou em votação duas proposições: 1) manutenção da política de limitação de estagiários, bolsistas etc., avançando ainda mais na referida cláusula do ACT 2009/10; e 2) retirada dessa cláusula. Por contraste, venceu a proposta 1, com apenas dois votos contrários – sendo que um deles foi do presidente da SS Cenargen, Alexandre Perón, que solicitou à relatoria da Mesa Diretora que registrasse seu voto nesta ata. A seguir, foi feito um intervalo para o café.

Ao retornar aos trabalhos, às 15 horas, a plenária passou a discutir a importância da participação dos representantes dos participantes nos conselhos das fundações de previdência complementar, em especial na Fundação Ceres, cujos mandatos dos atuais representantes dos participantes da Embrapa nos conselhos Deliberativo e Fiscal se encerram em junho deste ano. Vicente Eduardo reafirmou a importância dessa discussão. “Apesar de todo o esforço que fizemos no ano passado, a Embrapa não aceitou o SINPAF como representante dos trabalhadores nas causas previdenciárias, mesmo que sejam os participantes que custeiem 50% do fundo. Em seguida, o diretor regional Sul, Ivegndonei Luis Pinto Sampaio (o Jandaia), lembrou que os participantes dos fundos de pensão devem discutir não apenas sua representação nos conselhos, mas também a qualidade dessa representação. “Temos que colocar companheiros qualificados e comprometidos com a categoria”. A seguir, sugeriu o apoio do SINPAF à eleição de Júlio Guerra para o Conselho Deliberativo da Fundação Ceres. Idésio Franke lembrou que os trabalhadores da Petrobras, Caixa Econômica e Banco do Brasil já garantiram participação nas diretorias dos fundos de pensão dos quais participam - Funcef, Petros e Previ, e que os trabalhadores da Embrapa e Codevasf devem começar a debater essa participação na Ceres e na Fundação São Francisco. “Participamos dos conselhos porque conquistamos esse direito com muita luta. Agora, é hora de ampliarmos essa conquista”. O diretor de Assuntos Jurídicos do SINPAF, Luís Soares, lembrou fatos recentes, como a tentativa do PMDB de se apossar da direção da Fundação Ceres. “Não estamos livres desses políticos inescrupulosos”. Roberto Parker lembrou que, atualmente, somente Selma Beltrão defende os interesses dos participantes da Embrapa na Fundação Ceres. Outros delegados fizeram colocações semelhantes às já citadas. Em


seguida, o presidente da plenária chamou a atenção para o fato de que era necessário indicar nomes para concorrer às eleições de representantes de participantes na Ceres, apoiados pelo SINPAF. Roberto Parker indicou o nome de Júlio Guerra (Embrapa Clima Temperado); Antônio Fernandes dos Santos indicou o nome de Misael Félix (Embrapa Semiárido). Manifestaram interesse em concorrer à eleição para o Conselho Deliberativo da Fundação Mário Ângelo de Faria, presidente da Seção Sindical Sete Lagoas, e Ildos Parizotto (Embrapa Mandioca e Fruticultura). Para concorrer à eleição do Conselho Fiscal da Ceres, manifestou interesse Néio Lúcio Ramos Silva (Embrapa Gado de Leite). Assim, o secretário da Mesa Diretora, Mauro Nolasco, informou que havia quatro nomes indicados para concorrer ao Conselho Deliberativo da Ceres: Julio Guerra, Mário Ângelo, Misael Félix e Ildos Parizotto. Antes da votação, Valter Endres sugeriu que houvesse uma votação hierarquizada, ou seja, que os dois mais votados fossem os escolhidos pela plenária para concorrer às vagas com o apoio do SINPAF. A votação teve o seguinte resultado: 30 votos para Ildos Parizotto, 28 votos para Júlio Guerra, 23 votos para Misael Félix e 18 votos para Mário Ângelo. Desse modo, concorrerão às duas vagas no Conselho Deliberativo da Fundação Ceres, com o apoio do SINPAF, os companheiros Ildos Parizotto e Júlio Guerra. Para o conselho Fiscal, foi indicado pela plenária o companheiro Néio Lúcio Ramos Silva (Embrapa Gado de Leite-MG), que manifestou, anteriormente, desejo de concorrer à vaga. Registro que, antes da votação, foi feita a defesa dos nomes indicados. Valter Endres ressaltou a necessidade de as sessões sindicais mobilizarem a base para votar nesses candidatos. “Na última eleição não elegemos nossos candidatos. Na minha opinião, foi uma derrota para o SINPAF, que nos desqualifica na hora em que vamos lá reivindicar representação previdenciária”. Em seguida, os trabalhos desse dia foram encerrados.

No dia seguinte, 23/4/10, a 14ª Plenária Nacional foi retomada com a palestra informativa da advogada Denise Rodrigues Pinheiro, da assessoria jurídica do Sindicato. Ela falou sobre as ações individuais que os trabalhadores da Embrapa em todo o país estão ajuizando pelo reconhecimento de condições insalubres e perigosas às quais são expostos. Ela foi assertiva ao recomendar que aqueles trabalhadores que estão nessa situação e ainda não ajuizaram esse tipo de ação o façam imediatamente. A seguir, a advogada passou a falar sobre as ações ajuizadas contra o reenquadramento dos trabalhadores na tabela salarial que passou a vigorar em janeiro de 2009, promovido unilateralmente pela Embrapa. Ela afirmou que essa ação só será decidida em última instância, por isso, os trabalhadores devem prosseguir firmes. Os que ainda não ajuizaram a ação devem fazê-lo. A advogada pediu que os presidentes das seções sindicais enviem os resultados dessas ações ao seu escritório. “Queremos ter uma tese uniforme quando chegarmos ao Tribunal Superior do Trabalho”, explicou. Sobre o Plano de Cargos e Salários (PCS) implantado em março de 2009 pela Codevasf, a advogada entregou um parecer aos delegados que representaram as seções sindicais do SINPAF na Codevasf. No parecer, a advogada esclarece que os atos praticados pela empresa durante a elaboração e implantação das novas normas afrontam o ACT 2009/11 negociado com o Sindicato. “(...) já que em nenhum momento foi promovida a devida negociação ou participação com a entidade, tanto na formulação quanto na aprovação da matéria normativa interna, principalmente por versarem sobre direito coletivo e propostas que se referem a valorização e desenvolvimento dos empregados”. A advogada também falou sobre o processo dos desenquadrados da Embrapa, informando que o Ministério Público Federal já havia dado seu parecer e que a assessoria jurídica aguarda a liberação dos autos pelo desembargador José Amílcar Machado para tomar conhecimento do teor. O processo se encontra no Tribunal Regional do Trabalho – 1ª Seção. A advogada concluiu sua fala respondendo ao questionamento de delegados sobre a contratação de aprovados em concursos públicos. Em seguida, despediu-se da plenária e se

colocou a disposição para atender individualmente quem tivesse dúvidas durante aquele dia. A seguir, o presidente da plenária sugeriu que fossem votados os nomes para compor a comissão eleitoral que coordenará o processo de escolha da nova Diretoria Nacional do Sindicato, informando que a Mesa Diretoria havia feito um levantamento na base sobre os companheiros que teriam condição de desempenhar um bom trabalho na comissão. Segundo o presidente, as pessoas consultadas têm conhecimento e respaldo suficiente para desempenhar a função. Ele indicou os nomes de Antônio Claret (Embrapa Sede), Jean Kleber (Embrapa Amazônia Oriental), Geraldo Rodrigues (Codevasf Penedo), Carlos Bernardi (Embrapa Suínos e Aves), Othon José Campos de Sá (Embrapa Sede) e Neuza dos Santos (Emepa), para compor a comissão eleitoral, sendo os três primeiros os titulares e os demais, suplentes. Jeremias Lustosa Cabral pediu a palavra, sugerindo uma comissão de consenso, aceitando Antônio Claret e sugerindo que um dos outros dois titulares fosse indicado pela Diretoria Nacional e outro pela oposição. Justificou sua proposta afirmando que a comissão não deveria ter ligação com nenhuma das chapas. Após algum debate, Jeremias retirou sua proposta. A seguir, o presidente da plenária encaminhou para votação a seguinte composição: Antônio Claret, Jean Kleber e Antônio Lisboa como titulares, e Carlos Bernardi, Othon José Campos de Sá e Neuza dos Santos como suplentes. Por contraste, a plenária aprovou a indicação, ficando composta a comissão eleitoral. A seguir, a Mesa Diretora colocou em votação o regimento eleitoral, sugerindo que permanecesse o mesmo do pleito anterior, informando que as únicas alterações feitas foram com relação às datas do processo. O presidente da plenária informou que enviara e-mail a ex-integrantes da Comissão Eleitoral 2007, dias antes, solicitando sugestões de alteração no documento, mas nenhuma manifestação foi feita até aquela data. A plenária considerou que não havia necessidade de leitura do regimento, porém, alguns delegados se manifestaram pela leitura. Após um debate, foi posta em votação a possibilidade de leitura. Por contraste, a plenária decidiu que não havia necessidade de ler o regimento eleitoral. A Mesa Diretora sugeriu que alterações fossem feitas por meio de destaques. O primeiro a se manifestar foi o delegado Mário Ângelo, que propôs alteração no Art. 2º, Parágrafo Único, do Estatuto do SINPAF, de forma que 2% (dois por cento) da arrecadação da entidade fossem destinados ao custeio das atividades das chapas. Ele informou que sua Seção Sindical abriria mão dos recursos, já que dispunha de meios para levar os candidatos a presidente do SINPAF até lá, para debate com a base. A seguir, o delegado Sydney Itauran se manifestou contrário à proposta, sugerindo que fosse vetado o uso de dinheiro do SINPAF para a campanha eleitoral. Em sua fala, Sydney reafirmou a posição da Diretoria Nacional. Vicente Eduardo, por sua vez, defendeu a utilização de 2% da arrecadação do Sindicato nas eleições da entidade. Outros delegados se manifestaram tanto contrários quanto favoráveis a essa proposta, e após as explanações de cada um a proposta foi colocada em votação por contraste, sendo rejeitada. A seguir, outra proposta foi colocada em votação: a inclusão da expressão “conforme o *caput*” ao final do Parágrafo 3º do Art. 8º do regimento. Por consenso, a plenária aceitou a inclusão. Não havendo emendas, a Mesa Diretora colocou o regimento em votação. A plenária aprovou o documento em votação por contraste. A seguir, o presidente da plenária chamou a Auditoria Fiscal Nacional (AFN) para apresentar o relatório da 24ª Memória da Reunião Ordinária realizada entre os dias 5 e 9 de abril de 2010, em Brasília. João Carlos Taffarel, titular da AFN, leu o relatório. Por sugestão da plenária, a AFN concedeu o prazo até 31 de maio para que as seções sindicais com pendências possam regularizar sua situação antes da publicação da Memória. O delegado Vicente Eduardo Almeida pediu a palavra, sugerindo que o Relatório fosse aprovado com a recomendação de que as diretorias regionais prestem contas de suas plenárias regionais num prazo de até 60 dias depois do evento. Os membros da Auditoria entenderam que essa discussão não fazia parte do relatório, portanto, não deveria constar daquele momento. A Diretoria Nacional anunciou que tal procedimento

já estava pronto e seria de imediato encaminhado para as respectivas diretorias regionais apresentarem às seções sindicais. A seguir, o Relatório foi colocado em votação por contraste, sendo aprovado. Em seguida, o presidente da AFN, Jânio Barbosa, leu duas correspondências a ele enviadas pelo diretor regional Nordeste, Jeremias Lustosa, na qual o diretor pedia esclarecimentos sobre aplicação financeira de recursos do Imposto Sindical dos trabalhadores da Codevasf. Houve um curto debate sobre a questão e foi feito um intervalo para o almoço.

A plenária foi retomada às 14h15, com um informe do diretor de Formação Sindical do SINPAF, Orlando Silva, sobre uma ação judicial motivada pela denúncia relativa ao registro de ponto e compensação de horas extras, feita ao Ministério Público do Trabalho pela Seção Sindical Mandioca e Fruticultura, cuja sentença fora favorável aos trabalhadores. A seguir, Valter Endres, presidente da mesa, encaminhou proposta da Diretoria Nacional para a deliberação da plenária o seguinte encaminhamento relativo ao Imposto Sindical 2010: que 50% dos recursos sejam destinados ao fundo de realização do 10º Congresso, e que os outros 50% sejam devolvidos às seções sindicais com indicação de uso para a formação sindical. A Mesa Diretora abriu uma discussão sobre o assunto e após um debate a plenária aprovou o seguinte encaminhamento: 50% dos recursos do Imposto Sindical 2010 serão destinados ao fundo de realização do 10º Congresso e 50% serão devolvidos às seções sindicais para que decidam o que fazer com os recursos. A seguir, o presidente do SINPAF apresentou a prestação de contas do Exercício 2009 com Demonstrativo de Resultados, Balanço Patrimonial e Proposta Orçamentária 2010 da Diretoria Nacional e abriu para debates, ao final dos quais a proposta foi colocada em votação e aprovada. Foram registrados dois votos contrários. A Mesa Diretora deu a 14ª Plenária por encerrada. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, Orlando Oliveira Silva, pelo presidente do SINPAF, Valter Cauby Endres, e pelo secretário Mauro Santos Nolasco.

  
Valter Cauby Endres  
Presidente da Mesa Diretora

  
Orlando Oliveira Silva  
Relator

  
Mauro Santos Nolasco  
Secretário

2º OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS JURÍDICAS  
CRS 504 BL A Lojas 07/08 - Asa Sul  
Brasília/DF - Tel: 61 3223-4508  
Oficial: Jessé Pereira Alves

Apresentado e registrado sob nº0000069852  
Anotado a margem do registro nº000001691  
em 28/05/2010.